

## Indivíduo e Sociedade: articulações possíveis entre História e Sociologia

Taís de Cássia Badaró Alves\*

*Doutoranda pelo Programa de Sociologia Política da UENF; Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (USS); Especialista em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (FFC); Professora de Ciência Política e Teoria do Estado da UNIG- Campus V. [taisbadaro@yahoo.com.br](mailto:taisbadaro@yahoo.com.br)*

Manoel Faria de Souza Júnior\*

*Mestre em Políticas Públicas e Processo.*

### Resumo

Este artigo pretende discutir as aproximações entre História e Sociologia para se pensar a dicotomia indivíduo/sociedade. Para isto, este trabalho se vale da aproximação possível entre Norbert ELIAS e Anthony GIDDENS, cujos empenhos na elaboração de uma teoria social firmaram os conceitos de figuração e estruturação. Tais conceitos operam como instrumentos de análise válidos para problematizar as noções de agência e estrutura – temáticas pertinentes ao universo das disciplinas em questão.

**Palavras-chave:** Indivíduo; Sociedade; Figuração; Estruturação.

### Abstract

This article intends to talk about the approximations between History and Sociology to think the differences between person/society. So, this text makes the possible approximation between Norbert ELIAS and Anthony GIDDENS, that the values in the elaboration of a social theory produced the ideas of figuration and structuration. These ideas work like instruments of correct study to discuss the notions of company and structure – correct themes for the universe of the subjects in question.

**Keywords:** Person; Society; Figuration; Estruturation.

**Sumário:** 1 Introdução. 2 O paradoxo indivíduo/sociedade no campo dos estudos históricos. 3 O paradigma elisiano: figuração e processo civilizatório. 4 Giddens e a questão indivíduo/sociedade: agência e estrutura. Conclusão. Referências.

## 1 Introdução

Para os que transitam no campo da História, enfrentar a dicotomia indivíduo/sociedade consagrada por diversas orientações, implica buscar o diálogo já tantas vezes estabelecido no campo das Ciências Sociais. É importante observar que, há uma tendência própria aos homens de operar conceitos “em oposição a”. Para Malerba, “[...] o acontecimento é algo que se define ante a estrutura ou em reação à ela”. (MALERBA, 2011, p. 89). Nessa oposição, apresenta-se o enfrentamento do reino da vontade e da ação e o imperativo das necessidades – que limita a ação.

Seguindo essa perspectiva, este trabalho procura apostar em uma articulação possível entre o conceito de figuração tal como estabelecido por Norbert Elias (2006) e a ideia de estruturação proposta por Anthony Giddens (1984;1999) a fim de revalorizar o debate acerca do lugar do indivíduo na sociedade. Procura-se, desta forma, enfatizar alguns aspectos desse diálogo e, ao mesmo tempo, apropriar-se de uma abordagem sociológica.

Os embates que marcaram a delimitação de espaços pela História e Sociologia na rede universitária do século XIX, evidenciaram como tais disciplinas se entrecruzaram no seu processo de constituição e como a questão da ênfase na ação individual – marca indelével de uma fase da produção historiográfica – provocou enfrentamentos. Nesse embate entre as disciplinas vale lembrar a convicção de Émile Durkheim ao fundar a revista *Année Sociologique*, em 1903, manifesta no desejo de reagrupar as ciências humanas sob a égide da Sociologia. É o que encontra-se observado por Jabinet (2003) quanto à percepção do sociólogo: “[...] a história só pode ser considerada uma ciência desde que se eleve acima do individual; é verdade que, então, ela deixa de ser ela mesma para tornar-se um ramo da sociologia”.(DURKHEIM, E., *apud* JABINET, 2003, p.113).

Por muito tempo, cabe lembrar, a História operou na dicotomia indivíduo/sociedade. Essa oposição radical marcou a produção historiográfica em orientações que oscilavam da ênfase mais rigorosa na ação individual, ao enfoque nas estruturas. A História tergiversou, assim, em um embate de paradigmas oscilando da produção metódica<sup>1</sup> – para a qual o indivíduo e sua ação (exemplar, paradigmática), constituíam-se no objeto por excelência dos estudos históricos – a um panorama de abertura a novos objetos, novos problemas.

Para discutir as relações entre História e Sociologia – no que tange ao paradoxo indivíduo/sociedade – este estudo parte de uma rápida consideração acerca das contribuições (no campo histórico propriamente dito), das produções dos *Annales* e do Marxismo. Na sequência, procura desenvolver os pressupostos de Giddens e Elias, que, no âmbito da Sociologia pensaram o paradoxo indivíduo/sociedade.

## **2 O paradoxo indivíduo/sociedade no campo dos estudos históricos**

---

<sup>1</sup> A produção metódica afirmou-se no contexto da condução do processo de unificação alemã, cuja tônica nacionalista, centrada no Estado, tem como expoente a produção de Leopold Von Ranke.

A abertura proporcionada pela “História Nova”, com a “revolução” pretendida pelos *Annales* franceses, em 1929, apresentou um amplo leque de reformulações, partindo da geração dos fundadores (Febvre e Bloch) e consagrando, no período braudeliano<sup>2</sup>, a orientação da “longa duração”.

Sobre essa nova percepção de temporalidade, gestada no que se considera como segunda geração dos *Annales* é válido destacar.

Podemos atribuir a Fernand Braudel, o mérito de ter sido um dos primeiros, senão o primeiro historiador a buscar estabelecer o estatuto teórico do tempo na prática historiográfica. Ao proceder à filtragem do tempo que deixou de ser único para pulverizar-se em múltiplas temporalidades, Braudel estabeleceu sua própria hierarquia entre os tempos, a qual guardava em si a chave da dinâmica história: o tempo breve, tempo do acontecimento; o tempo médio, das conjunturas e a longa duração das estruturas, determinante de todos os demais. (MALERBA, 2011, p.62).

A marca impressa por Braudel de 1956 a 1968, especialmente com a obra “O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II”, consagrou o que se pode considerar como uma Geohistória, com ênfase a um estudo estrutural e a uma “[...] história quase imóvel, a história do homem nas suas relações com o meio que o rodeia.” (FONTANA, 1998, p.208).

Na esteira da produção dos *Annales*, consolidou-se a rejeição ao paradigma metódico para o qual era fundamental definir um método e fundar uma história nacional. Com a produção dos *Annales*, tornou-se pertinente falar em fenômenos sócio-históricos e, seguindo a tônica da interdisciplinaridade pretendida pelos franceses, a possibilidade de conjugar Sociologia e História. É pertinente falar, segundo Reis (1999), que essa produção promoveu uma adesão da História, ao ponto de vista das Ciências Sociais.

Já no contexto da fundação da Revista, em 1929, pela iniciativa dos “pais fundadores” Febvre e Bloch, a história fez alianças e ampliou o seu campo de pesquisa de forma significativa. Nesse contexto da produção historiográfica, a singularidade histórica, apresentava-se articulada à generalização tomada de empréstimo da Sociologia, fazendo conviver, por meio do diálogo, parâmetros de análises estruturais e de escolhas individuais – questão central para esse trabalho.

Uma definição de História encontrada em Lucien Febvre na obra *Combats pour l'histoire* (1953), indica as relações cada vez mais estreitas a serem estabelecidas entre

---

<sup>2</sup> Referente a Ferdinand Braudel que manteve-se à frente da Escola dos *Annales* de 1946 a 1968, e que fundou uma nova concepção de temporalidade histórica: a longa duração.

História e Sociologia, ampliando-se a possibilidade de superação das abordagens que reforçam a dicotomia indivíduo/sociedade. Essa definição estabelece que

Não existe história econômica e social. Existe história simplesmente, em sua Unidade. **A história que é inteiramente social por definição.** A história que eu considero objeto de estudo, realizado cientificamente, de diversas atividades e de diversas criações dos homens do passado, considerados, no contexto de sua época e de sociedades extremamente variadas, e, contudo, comparáveis entre si (conforme postula a sociologia) [...] **homens sempre no contexto das sociedades às quais pertencem** [...]. (FEBVRE, L. Apud JABINET, 2003, p. 126). (**grifo nosso**).

Ainda considerando a contribuição dos *Annales* para a crítica à dicotomia indivíduo/sociedade, essa produção se apresentou para uns como um modelo médio que parece “dever mais a Weber do que querem admitir” (REIS, 1999, p. 78). Procuram, como alternativa, produzir

[...] um modelo ainda mais médio: entre o nomológico e o hermenêutico, entre o marxista e o weberiano. O resultado poderia ser descrito assim: a recusa da singularidade inefável, com a aceitação da singularidade racionalmente compreensível: a recusa da atividade consciente emancipadora do homem, com a aceitação das estruturas sócio-econômico-mentais [...]. (REIS, 1999, p. 78).

Uma vez transposta à História, a influência estruturalista afirmava uma história quantitativa, serial, que não se detinha, exclusivamente, nas ações individuais. Paralelo à crescente afirmação do modelo de análise da História Total, firmou-se no panorama historiográfico, a orientação marxista, para a qual a História “[...] tomará como objeto as estruturas econômico-sociais, invisíveis, abstratas, gerais mas ‘chão’ concreto da luta de classes e das iniciativas individuais e coletivas. Para Marx, os indivíduos só podem ser explicados pelas relações sociais que mantêm, isto é, pela organização social a que pertencem e que os constitui como eles são”. (REIS, 1999, p. 45).

É certo que Marx inicia a busca de regularidades na História. A produção marxista reafirmou uma perspectiva mais estrutural na história. Conforme análise Reis (1999), para o historiador Pierre Villar, o marxismo pode ser considerado um paradigma estrutural funcionalista. Marx teria criado uma ‘teoria geral’ do movimento das sociedades humanas, tendo como objeto da história uma formação social concreta. Segundo essa orientação, a realidade histórica se vê estruturada pois a ação individual está condicionada pela estrutura econômico-social. Essa premissa assumida pelo marxismo em grande parte

de suas produções, foi acusada de reforçar a dicotomia indivíduo/sociedade pois “retirava o indivíduo da história”.

O lugar do indivíduo na História, ainda que discutido sucintamente nessas considerações introdutórias, oscilou, entre a valorização da ação individual e consciente, e o superdimensionamento dos condicionantes da estrutura. Isto nos remete ao debate recorrente na Sociologia, entre o poder de agência e o lugar do indivíduo na sociedade – problema mais específico para o qual se volta este trabalho.

Valorizando essa problemática, e partindo desse referencial, parece ser válido discutir as aproximações possíveis entre a matriz de análise de Elias e a proposta de Giddens a fim de se relativizar ou mesmo superar as abordagens dicotômicas. Pensar pelo ângulo de uma Sociologia Histórica, implica articular o processo de generalizações conjugadas ao que é singular e assim tratar ambas as dimensões como inseparáveis.

Torna-se indispensável terminar esta seção, considerando que, ainda hoje, os acontecimentos sociais humanos são explicados exclusivamente a partir de atos de vontade, como planos e intenções de seres humanos. Contudo, é importante perceber que “[...] da interdependência dos atos de vontade e planos de muitos seres humanos, resultam estruturas e processos que não foram desejados ou planejados por nenhum daqueles neles envolvidos”. (ELIAS, 2006, p. 204).

Cabe ressaltar por fim que o processo de civilização – tal como o aborda Elias – é um desses processos em destaque nas considerações a seguir.

### **3 O paradigma elisiano: figuração e processo civilizatório**

Nessa incursão pelas possibilidades que a Sociologia oferece, observa-se que Norbert Elias trouxe à reflexão, temas que não se faziam presentes tanto na História como na Sociologia. Pela valorização das temáticas cotidianas, o pensamento de Elias imprimiu os contornos de uma Sociologia mais abrangente. Propôs um rompimento radical entre as fronteiras nas Ciências Sociais, rejeitando as limitações dos particularismos disciplinares e procurando superar a relação dicotômica entre indivíduo e sociedade.

Pensar em pares antagônicos, reforçando a dicotomia indivíduo/sociedade, para Elias, parece expressar a própria divisão e disciplinarização do saber. Malerba (2011), ressalta o vigor de Elias ao antecipar temáticas relacionadas ao cotidiano que, em um contexto mais atual, são muito caras aos historiadores. Dessa forma, a obra de Elias “[...] consiste numa teoria da civilização ocidental”. (MALERBA, 2011, p.177).

No campo da História podemos dizer que a inovação principal encontrada em Elias diz respeito a temas como as atitudes em relação ao corpo, os costumes, maneiras de comer, gestos e vestuários. O autor valoriza todo um processo de distanciamento do homem em relação à sua “natureza animal” – e é essa dinâmica que compõe o quadro mais geral da civilização. Estabelece o autor: “O processo universal de civilização individual pertence tanto às condições da individualização do ser humano singular como às condições da vida social em comum dos seres humanos.” (ELIAS, 2006, p. 22).

Parece fundamental para Elias estabelecer uma teoria dos processos sociais com base no diagnóstico e na explicação de tendências de longo prazo que, mesmo não sendo planejadas, são ao mesmo tempo orientadas, estruturadas. Nas análises do autor supracitado, a época e o sentido do qual está revestida, atuam de forma decisiva sobre o processo civilizatório. Nesse processo, Elias vai observando o indivíduo ser modelado, em uma dinâmica de regulamentação de condutas, em que não se pode tomar a questão econômica como determinante – o que faz confrontar o paradigma elisiano com a produção marxista. Sobre esse confronto, fica tácito que, a premissa marxista da autonomia do econômico como força motriz na fórmula estrutura/superestrutura, encontra-se rejeitada nos postulados de Elias. Sobre o processo de regulamentação de condutas

Pode-se dizer que dentre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável. Sem jamais se libertarem completamente das coações exteriores, as autocoações ganham maior autonomia no curso do processo humano de civilização, em contraposição às coações exteriores. (ELIAS, 2006, p. 24).

O pensamento de Elias, cabe considerar, revela-se em seu caráter sistêmico, mas em oposição às teorias sociológicas estáticas<sup>3</sup>. A abordagem da qual Elias se utiliza configura-se em uma sociogênese à medida que se processa um mecanismo de controle na esfera psíquica do indivíduo, uma interiorização do controle sobre os impulsos naturais, conforme observado na citação acima. O Estado é valorizado nas análises do autor, em seu processo de constituição de monopólios e assume papel fundamental no processo civilizador. Indissociável da análise desse processo é a relação que se estabelece

<sup>3</sup> Observamos aqui as concepções de “sociedade” e “civilização” tomadas em estado de repouso – o que contraria os pressupostos de Elias que valoriza a dinâmica histórica dos homens no Ocidente.

com o desenvolvimento da modernidade, ligada que está, por sua vez, à construção de uma sociedade burguesa e capitalista.

Como ponto central desse debate, considerando a questão que norteia este trabalho, cabe destacar que quanto à relação indivíduo/ sociedade, vale recorrer ao conceito sociológico de figuração, fundado por Elias. Tal conceito fornece um instrumento de análise crítico e necessário para que o historiador possa articular as dimensões micro e macro, bem como a dinâmica contingente à generalizante, fugindo aos modelos de análise extremos.

Faz-se necessário observar que, para Elias, esse conceito, procura superar a opção exclusiva entre indivíduo e sociedade. Por meio dele, Elias aborda o homem em sua singularidade dentro de um grupo, construindo pela aprendizagem – um *habitus* social. O conceito de figuração, apresenta-se como capaz de superar uma certa concepção de sociedade como um sistema fechado. Sobre o conceito de figuração, estabelece Elias.

O convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime. Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas. (ELIAS, 2006, p.26).

Na esteira dessas considerações, importante para o autor é articular a essa discussão o conceito de processos sociais. Esse conceito sociológico “[...] refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração [...] de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas.” (ELIAS, 2006, p. 28). Quanto à essas direções, o autor observa a dinâmica de ascensão e de declínio.

Para Elias, as configurações não são premeditadas; são consequência não premeditada da interação social apresentando-se à sociedade como algo não planejado e não pretendido – distinguindo-se, desta forma, da abordagem marxista que estabelece um fim para a organização social. As figurações se apresentam como uma teia de indivíduos interdependentes em relações de conciliação ou de conflito, não havendo finalidade estabelecida fora do processo social. Segundo esta perspectiva, a sociedade não é externa ao indivíduo.

A tentativa de se pensar as sociedades humanas como configurações sociais, mas que são transformadas a todo o tempo pelos homens, é ponto pacífico para Elias. Se, em

grande parte, os processos sociais não são planejados, é porque sua direção é definida a partir da interdependência dos atos de vontade e dos planos de muitos seres humanos.

A relação entre os aspectos sociais e individuais é um problema que atravessa a obra de Elias seguindo uma orientação em que a ação individual não se opõe à estrutura. Os indivíduos existem nas figurações que constituíram-se em um contexto específico, mas sob a perspectiva de atuarem sobre essas figurações, modificando o seu cotidiano. Há então, uma diferença da visão estrutural ortodoxa onde a ação do indivíduo é minimizada ou mesmo anulada. A figuração, como proposto por Elias, depende da ação individual. Há, por conseguinte, uma rede de interdependência entre os seres humanos.

Diante do exposto, este artigo passa às contribuições de Giddens, procurando nesse autor, o que foi encontrado em Elias: o fomento a um modo de análise mais relacional em que não se separa o homem do seu tempo, sem contudo, reduzi-lo à mera expressão desse.

#### **4 Giddens e a questão indivíduo/sociedade: agência e estrutura**

Anthony Giddens, em sua obra “Teoria Social Hoje”, em parceria com o teórico Jonathan Turner, atenta para uma questão fundamental que está longe de ser consensual e que permeia as Ciências Sociais e as humanidades: a interpretação da ação humana. Isso parece motivar ainda mais o exercício de articular o papel da ação individual em meio à dinâmica do social, até porque, conforme estabelece o autor supracitado, “[...] apenas numa sociedade totalitária poderia existir um único esquema incontestável de análise da conduta social humana”. (GIDDENS; TURNER, 1999, p. 10).

Giddens defende a premissa de que existe espaço para a teoria social enquanto corpo teórico marcado pelo enfrentamento de questões sobre a vida social e os produtos da ação humana. Estabelece diferenças significativas entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais pelo reconhecimento da especificidade do que classifica como agência humana. Destaca a falta de consenso própria às Ciências Sociais e o que considera como “discordância endêmica”. (GIDDENS; TURNER, 1999, p.38).

Dentro da noção de agência humana, encontramos em Giddens a perspectiva de serem os homens dotados de inteligibilidade sobre os contextos nos quais atuam, sendo capazes de alterá-los. Aqui fica explícita a rejeição do autor por fundamentos funcionalistas e teleológicos. Considera-se, então, que nessa articulação pretendida – em



que se valoriza o fluxo mantido entre agência e estrutura, torna-se interessante o diálogo entre Giddens e Elias.

Para este trabalho é de fundamental importância valorizar o ponto de intercessão entre os autores no que tange à concepção de agência como um processo dinâmico para os quais se voltam os agentes a fim de obter os resultados pretendidos.

Para Giddens, é essencial superar o dualismo que se estabelece entre estrutura e agência, considerando a capacidade transformadora da ação do homem – intimamente articulada à noção de poder. A capacidade do ator de intervir nos acontecimentos e alterar o seu curso, concorre para a perspectiva de se reconfigurar o cotidiano.

Quanto a esse aspecto, cabe destacar a análise do autor sobre o processo de rotinização no que tange atividade social no cotidiano das pessoas.

A natureza repetitiva de atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia é a base material do que eu chamo de “caráter recursivo” da vida social. [...] A rotinização é vital para os mecanismos psicológicos por meio dos quais um senso de confiança ou segurança ontológica é sustentado nas atividades cotidianas da vida social. (GIDDENS, 1984, p. 25).

A teoria da estruturação, segundo Giddens, ao mesmo tempo que estabelece uma relação inerente entre agência e estrutura, aponta para a dimensão impulsionadora e ao mesmo tempo coercitiva da estrutura. Disso se pode depreender que o homem não cria os sistemas sociais em uma dinâmica totalmente livre da coerção. Nessa dinâmica, os sistemas sociais vão se constituindo como práticas sociais recorrentes, configurando-se em espaços de liberdade e criatividade.

Giddens enfrenta, assim, a perspectiva estática própria a uma concepção estruturalista. Seu esforço teórico, volta-se para o estudo sistemático dos processos de estruturação e de reprodução social. O poder de agência é um fazer (não intencional), uma capacidade transformadora pela possibilidade do ator intervir em acontecimentos e alterar o seu curso e cujas consequências se tornam objeto de estudo sociológico. A estrutura, para o autor, ao mesmo tempo, condiciona e resulta da ação.

Para Giddens (1984), por fim, parece fundamental rejeitar o dualismo entre o social e o individual segundo o qual há uma estrutura que se apresenta capaz de anular a iniciativa e mobilização do homem, fragilizando-o enquanto agente.

Ainda que tratadas de forma sucinta, as reflexões de Giddens voltadas para o que é central neste trabalho, apontam para uma perspectiva enriquecedora para o exercício

teórico e a pesquisa. Para além de suas fragilidades e incompletudes, o modelo de análise construído por Giddens, sustenta a possibilidade de, por meio de seu aparato conceitual, promover-se uma abordagem mais crítica e dinâmica dos processos sociais sem incorrer em posições estanque.

## 5 Conclusão

As considerações finais, pela incorporação dos conceitos operados pelos autores que se articularam neste artigo, partem da premissa de que não há uma estrutura que define tudo nem há um agente com plena autonomia. Se em Elias encontramos uma teoria de processos civilizadores, em Giddens – por meio da teoria da estruturação – se pretende fazer a descrição da conduta humana, pelo enfrentamento do dualismo entre indivíduo e sociedade. Nessa dicotomia tão preconizada, cabe, na esteira das reflexões de Elias e Giddens, interrogar qual é o poder de agência do indivíduo já que não se pode desconsiderar os constrangimentos (ainda que flexíveis) próprios à ação da sociedade.

O estreito vínculo mantido na relação indivíduo/sociedade pensada pelos autores, segundo seus parâmetros de análise sociológica, se apresenta como referencial para um exercício crítico e profícuo para a pesquisa histórica que também esteve “presa” em determinados contextos à tensão presente nos binômios consciência/inconsciente, voluntarismo/determinismo, dentre outros. Os autores, por suas contribuições, ajudam a pensar, como pondera Malerba (2011), sobre o caráter social da individualidade humana.

O esforço de uma aproximação ensaiada neste trabalho, ainda que com muitas inconsistências, torna-se válido, justificando-se pela necessária incursão nos clássicos da sociologia contemporânea – terreno novo para um olhar moldado pela História.

## REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios. 1- Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_.; TURNER, Jonathan. (org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. (tradução de Gilson César C. de Sousa).

JABINET, Marie Paul Caire. **Introdução à Historiografia**. Bauru, S. P.: EDUSC, 2003.

MALERBA, Jurandir. **Ensaio – teoria, história & ciências sociais**. Londrina, PR: Eduel, 2011.

FONTANA, Josep. **História – análise do passado e projeto social**. Bauru, SP.: EDUSC, 1998.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série Fundamentos – 125).